

Rui Maia Diamantino  
(Organizador)



# As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Rui Maia Diamantino**

(Organizador)

# As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C569	As ciências humanas e a produção criativa humana 2 [recurso eletrônico] / Organizador Rui Maia Diamantino. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-595-2 DOI 10.22533/at.ed.952190309  1. Antropologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Pesquisa social. I. Diamantino, Rui Maia.  CDD 301
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Este segundo volume do e-book “As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana” aponta para a multiplicidade dos saberes, conforme a visão de Edgar Morin quando discute sobre o tema da complexidade. As contribuições vão desde os costumes da cultura até aos aspectos da vida prisional, que são indicativos importantes da natureza social do Brasil. Entre esses dois aspectos, a inclusão social, a discussão sobre comportamentos e sobre a atuação da educação estão presentes.

Em função da variedade dos temas que vieram para contribuir e qualificar os nossos saberes, o volume foi organizado em cinco tópicos: “memória, preservação e resgate da cultura popular”, que enfatiza a contribuição dos hábitos e valores para o estabelecimento de uma narrativa na cultura popular; “aspectos inclusivos e de mobilidade social”, com foco nas questões de pessoas com deficiência física e na posição da mulher no campo do trabalho; “perspectivas e comportamentos na terceira idade”, onde são discutidos os aspectos subjetivos do envelhecer, objeto emergente de estudos visando aos 25% de idosos na população mundial nos próximos 10 anos; “inclusividade em contextos educacionais e inovações pedagógicas”, tópico que se mostrou como o de maior contribuição para a presente publicação, refletindo a preocupação do setor acadêmico sobre os aspectos mais ventrais da educação no nosso país; e, finalmente, “comportamentos em contextos prisionais”, onde são abordadas as percepções por meio de auto relatos de mulheres e agentes penitenciários sobre suas vivências em uma das condições mais precárias que um cidadão ou cidadã pode experimentar no Brasil.

Com essas cinco seções, o leitor, a leitora, poderá aumentar suas lentes sobre os tópicos publicados, consultando, discutindo e analisando as páginas produzidas ao longo dos dezesseis trabalhos que aqui constam. São, em si, experiências de diversidade que abrangem visões das muitas regiões do país, o que torna as narrativas aqui incluídas bastante atuais para compreendermos melhor os desafios contemporâneos na construção de saberes em um país tão plural como o Brasil.

A todos e todas desejamos leituras, estudos e reflexões com muito proveito!

Rui Maia Diamantino

## SUMÁRIO

### I. MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E RESGATE DA CULTURA POPULAR

#### **CAPÍTULO 1 ..... 1**

A BENZEÇÃO POPULAR COMO LEGADO DE UMA ARTE FEMININA DE CURA PROVENIENTE DO ALÉM-MAR: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

Yls Rabelo Câmara  
Lia Machado Fiuza Fialho

**DOI 10.22533/at.ed.9521903091**

#### **CAPÍTULO 2 ..... 13**

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA E DO RÁDIO NO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL NA ERA VARGAS (1930-1945)

João Alves Souza Filho  
Vivian Fernandes Carvalho de Almeida

**DOI 10.22533/at.ed.9521903092**

#### **CAPÍTULO 3 ..... 29**

RESGATE DO PROCESSO HISTÓRICO E CULTURAL DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS: A HISTÓRIA LOCAL NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA/PB

Vilma de Lurdes Barbosa  
Jéssica Hellen dos Santos Araújo  
Severino Bezerra da Silva  
Suelídia Maria Calaça  
Márcia Albuquerque Alves

**DOI 10.22533/at.ed.9521903093**

### II. ASPECTOS INCLUSIVOS E DE MOBILIDADE SOCIAL

#### **CAPÍTULO 4 ..... 41**

A INSERÇÃO SOCIAL DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO

Angela Maria de Camargo dos Santos  
Idorlene da Silva Hoepers

**DOI 10.22533/at.ed.9521903094**

#### **CAPÍTULO 5 ..... 53**

ASCENSÃO SOCIAL POR MEIO DOS ESTUDOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ A UNIVERSIDADE

Camila Moraes da Rocha  
Ana Lúcia Oliveira Aguiar  
João Dehon da Rocha Junior  
José Evangelista de Lima  
Stenio de Brito Fernandes  
Geraldo Mendes Florio  
Eliane Cota Florio  
Risalva Ferreira Nunes de Medeiros  
Débora Tereza dos Santos Meneses  
Francinilda Honorato dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.9521903095**

**CAPÍTULO 6 ..... 63**

ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS QUE PRODUZEM E AS QUE REPRODUZEM

Maria Izabel Machado

Marlene Tamanini

**DOI 10.22533/at.ed.9521903096**

**III. PERSPECTIVAS E COMPORTAMENTOS NA TERCEIRA IDADE**

**CAPÍTULO 7 ..... 87**

ENVELHECIMENTO FEMININO E SUBJETIVIDADE

Roana de Jesus Braga

Mariele Rodrigues Correa

**DOI 10.22533/at.ed.9521903097**

**CAPÍTULO 8 ..... 98**

FATORES ASSOCIADOS A QUEIXAS SUBJETIVAS DE MEMÓRIA PROSPECTIVA E RETROSPECTIVA EM IDOSOS RESIDENTES NA COMUNIDADE

Alan Ehrich de Moura

Heloisa de Freitas Pacifico

Bernardino Fernández Calvo

**DOI 10.22533/at.ed.9521903098**

**IV. INCLUSIVIDADE EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS**

**CAPÍTULO 9 ..... 107**

INOVANDO PRÁTICAS E METODOLOGIAS EDUCACIONAIS: POR UMA TECNOLOGIA PARA A QUEBRA DE BARREIRAS DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

Camila Morais da Rocha

Ana Lúcia Oliveira Aguiar

João Dehon da Rocha Junior

José Evangelista de Lima

Geraldo Mendes Florio

Eliane Cota Florio

Risalva Ferreira Nunes de Medeiros

Débora Tereza dos Santos Meneses

Francinilda Honorato dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.9521903099**

**CAPÍTULO 10 ..... 117**

LABORATÓRIO MULTIMÍDIA PROPOSTA DE ENSINO PARA A MATEMÁTICA

Wilmar Borges Leal Junior

Robert Mady Nunes

Nailson Martins Dantas Landim

Lucyano Campos Martins

Haryson Huan Arruda da Silva Santos

Delfim Dias Bonfim

Douglas Ferreira Chaves

Suzane Aparecida Cordeiro

Helaís Santana Lourenço Mady

**DOI 10.22533/at.ed.95219030910**

<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>126</b>
LETRAMENTO E LITERATURA INFANTIL - VIVÊNCIAS COM CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR	
Ana Carolina Batista	
Degelane Córdova Duarte	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95219030911</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>138</b>
O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO AÇÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO <i>CAMPUS</i> AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA, DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	
Marlon Santos de Oliveira Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95219030912</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>147</b>
PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: INOVANDO PRÁTICAS, TECENDO METODOLOGIAS E ADEQUAÇÕES PARA DISCENTES CADEIRANTES NO ENSINO SUPERIOR	
Samuel Carvalho Rebouças	
Ana Lúcia Oliveira Aguiar	
Stenio de Brito Fernandes	
Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes	
José Evangelista de Lima	
Francinilda Honorato dos Santos	
Eliane Cota Florio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95219030913</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR – CAMPUS GURUPI / IFTO	
Saturnina Soares de Carvalho	
Suelene Soares Carvalho de Albuquerque	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95219030914</b>	
<b>V. COMPORTAMENTOS EM CONTEXTOS PRISIONAIS</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>169</b>
AVALIAÇÃO DE VALORES BÁSICOS EM MULHERES PRESAS E DA POPULAÇÃO GERAL	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Thalita Regina Albuquerque de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95219030915</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>184</b>
ESTUDO SOBRE A RAIVA E SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA AMOSTRA DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DA GRANDE JOÃO PESSOA	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Reña Herbert Ramos da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95219030916</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>195</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>196</b>

## AVALIAÇÃO DE VALORES BÁSICOS EM MULHERES PRESAS E DA POPULAÇÃO GERAL

### **Carmen Amorim-Gaudêncio**

Professora Associada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Contato: Departamento de Psicologia – CCHLA – Bloco Humanístico. Campus I – Castelo Branco I João Pessoa – PB 58051-900 Fone: (083) 3216.7337 E-mail: camorimg@gmail.com

### **Thalita Regina Albuquerque de Oliveira**

Discente PIVIC do Programa de Iniciação Científica da UFPB. Pesquisador do Laboratório de Avaliação e Intervenção Clínica Forense - LAICF Universidade Federal da Paraíba

**RESUMO:** A presente estudo foi desenvolvido no contexto prisional feminino. Teve por objetivo mensurar os valores humanos básicos de mulheres em situação de privação de liberdade e verificar possíveis diferenças na expressão desses valores em relação às mulheres da população geral. As mulheres normalmente são responsáveis por cuidar do lar, dos filhos, mas também necessitam trabalhar e ajudar no sustento da casa. Quando infringem a lei e são presas, acabam sofrendo o impacto da perda de todas as funções, anteriormente, lhes atribuídas. O sistema carcerário no contexto feminino é particular. As mulheres presas necessitam pagar pelos crimes cometidos através da pena, mas sofrem com questões relacionadas ao sexismo

e aos estereótipos inerentes ao sexo feminino. O estudo dos valores humanos contribui para a o conhecimento dos anseios individuais das pessoas, razão pela qual se pretendeu analisá-los em uma amostra de mulheres. Para a avaliação das mulheres participantes utilizou-se um protocolo constituído pelo Questionário de Valores Básicos (QVB) e um questionário sociodemográfico que continha itens a respeito da idade, renda familiar, local de residência, dentre outras variáveis. A amostra total contou com 120 mulheres (presas sentenciadas [N=40]; presas provisórias [N=40]; mulheres da população geral [N=40]). A coleta de dados com mulheres presas realizou-se no Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão em João Pessoa – PB e em locais públicos e privados quando a coleta foi com mulheres da população geral. A média de idade da amostra total foi de 32 anos (DP= 10,2); em sua maioria solteira e possuidora de renda familiar entre um e dois salários mínimos. Os resultados apresentaram semelhanças de médias entre os grupos na subfunção existência e diferenças na subfunção normativa. Considera-se importante a continuidade do estudo para que o conhecimento dos valores básicos e suas implicações possam auxiliar o processo de ressocialização das mulheres em situação de privação de liberdade.<sup>1</sup>

1 Pesquisa de Iniciação Científica vinculada ao Projeto “Promoção de comportamentos proativos em reedu-

## 1 | INTRODUÇÃO

O convívio social satisfatório depende em grande medida da atenção às normas e princípios éticos e respeito mútuo entre as pessoas. Contudo, são necessárias formulações de meios que regulam esse convívio quando as normas são infringidas e, não raramente, o controle se faz com a pena privativa de liberdade (SINOSINI, 2014). Essa medida de controle configura a maneira com que o estado trata os que infringem normas de direito ao realizarem atos delitivos ou crimes. A sociedade, por meio do Estado, usa então, a pena privativa de liberdade para quitar o prejuízo causado pelo infrator (MAIA, 2008). As penitenciárias materializam o direito de punição, sendo a prisão é o local destinado para cumprimento da pena (FERNANDES; RIGHETTO, 2013)

A criação de penitenciárias femininas separadas das masculinas foi necessária a partir do momento que as mulheres ganharam novos papéis sociais. Dessa forma, a compreensão do sistema prisional feminino brasileiro depende diretamente do entendimento da situação econômica, social e política em que as mulheres estão inseridas. Aliado a isso, está a relação de poder historicamente firmada entre homens e mulheres (CUNHA, 2010).

No âmbito familiar a mulher tinha a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pela “formação da personalidade dos filhos a partir da transmissão de valores”. A sociedade moderna fez com que as mulheres passassem a ocupar espaços no mercado de trabalho, isso contribuiu enormemente para sua participação social e crescimento de sua escolaridade (CUNHA, 2010).

A demanda por mão de obra feminina se torna crescente e é a partir desse momento que o homem deixa de ser o único provedor da família e a mulher adquire a dupla jornada de trabalho. Essa circunstância demonstra a possibilidade e a capacidade da mulher em exercer atividades as quais ela não costumava realizar. Em consequência, o crescente número de mulheres que passa a sustentar a família é percebido e com isso prevalece a incessante busca pela valorização do seu bem-estar e melhoria de condições de vida (FLECK; WAGNER, 2003).

Ao levar em consideração essa questão, nota-se que a geração de emprego e riquezas não se concretiza para grande parte da população e produz desigualdade e exclusão (CUNHA, 2010). Essa é uma das grandes razões pelas quais infrações são cometidas e faz-se necessário e imprescindível o cumprimento de pena.

---

candos que trabalham na Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP)”, desenvolvido no Laboratório de Avaliação e Intervenção Clínica Forense (LAICF/UFPB/CNPq), sob a coordenação e liderança da professora Carmen Amorim-Gaudêncio, PhD. O atual capítulo reproduz os resultados referentes ao plano IC “Avaliação dos valores básicos em reeducandas em situação de privação de liberdade” editado e atualizado.

A finalidade da pena é promover a ressocialização de quem cometeu a infração e diminuir as chances de reincidência, possibilitando o convívio no meio social de maneira adequada aos padrões da sociedade (FERNANDES; RIGHETTO, 2013). Esse intuito não se edifica plenamente e se mostra deficiente tanto pela prisão ser entendida mais como forma de separação dos que cometeram crimes das demais pessoas que “não cometeram crimes”, quanto pelo implemento de políticas avessas à visão de ressocialização (BRATTA, 2002).

O Sistema Prisional Brasileiro é amplamente discutido e criticado e muitos são os seus problemas. Higiene, saúde, superlotação, rebeliões são algumas questões que circundam a realidade dos que lá habitam (AMORIM-GAUDENCIO; RODRIGUES, 2017). Além disso, pode-se somar a essas questões o não cumprimento do princípio da dignidade da pessoa humana, que se reflete nas situações em que os presos e presas vivenciam nas instituições prisionais, que interferem diretamente na possibilidade da desejada ressocialização dos implicados (FERNANDES; RIGHETTO, 2013).

Esse quadro ainda é mais complexo quando se trata da mulher no ambiente da prisão, pois demandam cuidados no que tange às questões de maternidade e violência nos presídios (CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA, 2012). A situação das mulheres que cometem algum delito é peculiar devido à estigmatização, estereótipos e sexismo que contribuem negativamente para sua visão pela sociedade (CUNHA, 2010). Outro fator aliado a isso é a construção da relação que as mulheres criam com a família em relação às suas responsabilidades sobre os filhos e parentes dependentes de ajuda física e financeira (LIMA; PEREIRA NETO; AMARANTE; DIAS; FERREIRA FILHA, 2013)

A realidade no ambiente carcerário diverge da liberdade a que gozavam antes da prisão e muitas questões passam a ter relevância em detrimento de outras. Problemas de saúde, sobretudo mentais, podem fazer parte da vida diária, bem como a preocupação com a família que se encontra no convívio da sociedade (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016). Dessa forma, a prática psicológica pode caminhar no sentido do fortalecimento ou empoderamento dos indivíduos, proporcionando a mulheres e homens presos a possibilidade de refletir seu projeto de vida que pode se aliar ao estreitamento de vínculos familiares, profissionais, dentre outros (BARATTA, 2002).

Na condição de retorno ao convívio social as reeducandas passam por diversas dificuldades, haja vista que o fato de terem cometido algum ato delitivo é amplificado pelo fato de ser mulher (MAIA, 2007). A isso, acrescenta-se o fato de que essas mulheres entrarão novamente em contato com os valores da sociedade (que podem se assemelhar aos seus). Esse retorno à liberdade pode representar tanto felicidade quanto tensão por não saberem ao certo como serão recebidas após anos de confinamento (OLIVEIRA, 2010). Dessa forma, parece interessante compreender melhor sobre os valores humanos básicos priorizados pelas reeducandas (presas) já que esses valores têm implicações para os seus processos de ressocialização.

## Sobre a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos

De acordo com a teoria funcionalista dos valores humanos (TFVH), os ditos valores são princípios que transcendem situações específicas, incorporados pelos indivíduos de determinada cultura, sociedade e instituições que induzem a julgamentos, decisões e ações do indivíduo (GOUVEIA 2003 APUD ATHAYDE, 2012). A TFVH afirma que os valores partem de quatro pressupostos teóricos: 1- Os seres humanos assumem uma natureza benevolente ou positiva; 2- os valores são princípios-guia individuais que agem como padrões gerais de orientação para a conduta dos indivíduos; 3- os valores apresentam uma base motivacional e 4- São terminais, o que significa que expressam um propósito em si (GOUVEIA; MILFONT; FISCHER, 2009).

São duas as funções dos valores: guiar ações humanas e dar expressões às suas necessidades. A primeira é representada pela dimensão funcional *tipo de orientação* (valores sociais, centrais ou pessoais), enquanto a segunda configura a dimensão funcional *tipo de motivador* (valores materialistas ou humanitários). Delas derivam seis subfunções dos valores que correspondem a Experimentação, Realização, Existência, Suprapessoal, Interacional e Normativa (GOUVEIA; MEDEIROS; MENDES; VIONE; ATHAYDE, 2012)

Cada subfunção apresenta um conjunto de valores. Na subfunção Experimentação estão os valores emoção, prazer e sexualidade; a de Realização engloba os valores de êxito, poder e prestígio; a subfunção Existência comporta os valores relacionados a saúde, a estabilidade pessoal e a sobrevivência; a Suprapessoal valoriza a beleza, o conhecimento e a maturidade; a Interacional considera os valores de apoio social, da afetividade e da convivência; por último a subfunção Normativa se relaciona aos valores de obediência, religiosidade e tradição. (GOUVEIA; MILFONT; FISCHER, 2009)

Os valores são fatores que atuam sobre as ações humanas e por isto a compreensão deles no cenário feminino prisional vê-se relevante. Levando em consideração esse contexto percebeu-se que as mulheres em situação de privação de liberdade merecem mais atenção, tanto em relação às questões de gênero quanto a seus processos de ressocialização. Portanto, os valores básicos podem funcionar como uma variável interessante no processo de ressocialização e trazer subsídios que contribuam para o entendimento da população carcerária e seu posterior retorno ao convívio social. Além disso considera-se ampliar a literatura a respeito do tema, em especial no que se trata do público feminino.

## 2 | OBJETIVOS

O presente estudo teve como objetivo avaliar os valores básicos em uma amostra constituída por mulheres que cumprem pena no Centro de Reeducação Feminino

Maria Júlia Maranhão em João Pessoa–PB e por mulheres da população geral em situação de liberdade.

Têm-se como objetivos específicos:

1. Ampliar as informações sobre valores humanos em população carcerária; 2. Diversificar amostras com presas para fortalecer a generalização dos resultados; 3. Avaliar se existem diferenças de perfis para presas sentenciadas e provisórias e da população geral; 4. Correlacionar os valores básicos e características sociodemográficas; 5. Verificar a relação entre os valores básicos e o tipo de crime.

### 3 | MATERIAIS E MÉTODOS

Para a consecução do estudo foram realizadas análises psicométricas através do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 23.0. Os resultados foram organizados a partir de um banco de dados e foram feitas análises estatísticas descritivas, como cálculo de médias e desvios padrão, frequência percentual e testes de diferenças de medias (*Teste t de Student*) e correlacionais mediante Coeficiente de Correlação  $r$  de Pearson de uma amostra de conveniência de 120 mulheres, sendo 40 reeducandas provisórias (Grupo 1), 40 reeducandas sentenciadas (Grupo 2), ambas em regime fechado e 40 mulheres da população geral (Grupo 3). Todos os protocolos foram aplicados na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil e as mulheres concordaram livremente em participar do estudo.

O protocolo de avaliação psicológica utilizado incluía um questionário sociodemográfico e o Questionário de Valores Básicos (QVB) (GOUVEIA, 2013). O questionário sociodemográfico investigou sobre a história pessoal das participantes, contendo perguntas relacionadas a idade, estado civil, renda, cidade onde residia antes da prisão, dentre outras variáveis sobre a história delitiva (específicas para as reeducandas).

O QVB é um instrumento composto por 18 itens referentes aos valores básicos: apoio social, êxito, sexualidade, conhecimento, emoção, poder, afetividade, religiosidade, saúde, prazer, prestígio, obediência, estabilidade pessoal, convivência, beleza, tradição, sobrevivência e maturidade. O respondente teve de indicar o grau de importância que cada item tem para si através de uma escala de sete pontos: 1. Totalmente não importante; 2. Não importante; 3. Pouco importante; 4. Mais ou menos importante; 5. Importante; 6. Muito importante e 7. Totalmente importante.

Esses pontos correspondem a números os quais serão somados de acordo com a pertença em cada subfunção. Os itens que correspondem aos valores, se agrupam nas 6 subfunções. Cada subfunção possui 3 valores, os quais apresentam relação entre si. A pontuação da subfunção é dada pela soma dos 3 valores assinalados através dos números (1 a 7) pelo participante. Posteriormente foi possível observar, por meio da média, em quais subfunções as mulheres dos 3 grupos pontuavam mais.

O projeto “Promoção de comportamentos proativos em reeducandos que

trabalham na secretaria de administração penitenciária (SEAP)” de Amorim-Gaudencio (2013) desenvolvido pelo Laboratório de Avaliação e Intervenção Clínica Forense (LAICF/UFPB/CNPq) desde 2013, ao qual o presente estudo está vinculado possui parecer favorável do Comitê de Ética do HULW (Hospital Universitário Lauro Wanderley) (CAAE: 17937213.1.0000.5183), sendo executado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos como previsto pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi garantido às mulheres uma participação voluntária e suas identidades foram devidamente resguardadas em todas as etapas da pesquisa.

O processo de coleta de dados com as presas ocorreu no Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão situado no bairro de Mangabeira, na cidade de João Pessoa realizadas durante o turno da tarde em sala disponibilizada pela diretora do estabelecimento. Os protocolos foram aplicados de maneira individual. A coleta ocorreu de maneira fluida e com a colaboração de agentes penitenciários e presas que atuaram de forma a facilitar o desenrolar dessa etapa excetuando algumas situações devido ao baixo efetivo de agentes responsáveis pelo plantão do dia, o que impossibilitou a coleta; motins e operações internas como pentes finos e indisponibilidade de algumas presas em responder ao questionário. De maneira geral, pôde-se considerar que a coleta ocorreu de maneira tranquila sem maiores transtornos sendo concluída com sucesso. A pesquisas com as mulheres da população geral foi realizada em diversos espaços, diversificando as idades e perfis das respondentes na universidade, espaços públicos e privados. A amostra geral foi de conveniência tanto na população das presas quanto da população geral de mulheres. A coleta de dados se deu sempre de forma individual e no momento era explicado o processo e quando havia aceitação, os instrumentos eram apresentados, as eventuais dúvidas eram esclarecidas e ao terminar se verificava a qualidade geral das respostas emitidas pelas participantes antes de liberá-las da tarefa.

#### **4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O grupo de mulheres presas provisórias, com 40 participantes, possuiu média de idade de 27,7 anos, apresentando um desvio-padrão equivalente a 7,4. O estado civil foi predominante de mulheres solteiras (57,5%), com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos (52,5%). Além disso, 60% das mulheres informou receber ou ter alguém na família que recebia benefício do governo e 52,5% residia em João Pessoa antes da prisão. Cerca de 57,5% afirmou ter alguém na família preso ou que já esteve nesta situação. No que se refere ao crime cometido, 60% incorreu em tráfico de drogas (artigo 33) e 30% era reincidente, ou seja, esteve presa em outra ocasião. Em relação ao trabalho no presídio, 15% se dedicava à essa prática e 50% indicou que planejava trabalhar após sair da prisão.

A população de mulheres presas sentenciadas correspondeu a 40 reeducandas, com média de idade de 32,9 anos (DP=7,2). A metade era solteira (50%) e possuía renda familiar de 1 a 2 salários mínimos (37,5%). 62,5% indicou receber algum tipo de benefício do governo. A frequência de mulheres que residia em João Pessoa antes de ser presa era de 35%, sendo o restante proveniente de cidades da região metropolitana da capital, do interior da Paraíba e de outros estados. 62,5% do grupo de sentenciadas informou ter ou ter tido algum familiar em situação de privação de liberdade. O tráfico de drogas foi o motivo da prisão de 65% das sentenciadas e 47,5% se enquadrava no perfil reincidente. 35% das sentenciadas realizava alguma atividade laboral no presídio e no quesito planos futuros, 52,5% informou sobre o desejo de trabalhar depois de cumprir a pena.

A amostra de mulheres da população geral, com 40 participantes, apresentou uma média de idade correspondente a 35,3 anos com um desvio-padrão de 13,4. Além disso, a dita amostra constituiu-se predominantemente de mulheres solteiras (52,5%), com renda mensal média de até 4 salários mínimos (27,5%). 17,5% desse grupo declarou que a família é contemplada com algum benefício do governo e 97,5% vive na cidade de João Pessoa. Sobre ter alguém na família preso ou haver estado preso, 10% respondeu à questão de maneira afirmativa.

Grupo	N	MI/DP	EC	RF	RBG	CORR	MFP	CMC	RAD	TP	TPF
1	40	27,7/ 7,4	57,5 S	52,5 (1/2 SM)	60	52,5 (JP)	57,5	60 (art. 33)	30	15	50
2	40	32,9/ 7,2	50 S	37,5 (1/2 SM)	62,5	35 (JP)	62,5	65 (art. 33)	47,5	35	52
3	40	35,3/ 13,4	52,5 S	27,5 (+4 SM)	17,5	97,5 (JP)	10				

Tabela 1. Caracterização das amostras 1, 2 e 3

**Nota:** 1= Sentenciadas; 2= Provisórias; 3= População geral; MI= Média de idade; DP= Desvio Padrão; EC= Estado Civil; S= Solteira; RF= Renda Familiar; SM= Salários mínimos; RBG= Recebe benefício do governo; CORR= Cidade Onde Reside Ou Residia; JP= João Pessoa; MFP= Membro da Família Preso; CMC= Crime Mias Cometido; RAD= Reincidência no Ato Delitivo; TF= Trabalha no Presídio; TPF=Trabalhar como Plano Futuro. As frequências são informadas em porcentagens.

A partir das informações da Tabela 1, é possível notar que as mulheres são em sua maioria solteiras, residentes em João Pessoa antes de cometerem o crime (no caso de presas) e possuem média de idade de aproximadamente de 32 anos, estando em uma faixa de adultas jovens. Dentre as presas a maioria recebe algum benefício do governo e possui renda de 1 a 2 salários mínimos, enquanto que na amostra de mulheres da população geral a maior frequência de renda é superior a 4 salários (27,5%). É necessário mencionar que algumas frequências se aproximaram da maior,

é o caso das que recebem de 2 a 3 salários, correspondente a 25% da amostra e as que ganham de 1 a 2 salários (22,5%), assim como a maioria das presas.

É importante ressaltar que a maior parte das presas possuía alguém na família que já esteve ou estava em situação prisional, o que difere da realidade da amostra da população geral. A reincidência no ato delitivo foi maior na população de sentenciadas. 47,5% das sentenciadas já havia sido presa. Isso ilustra que o processo de ressocialização não parece eficaz em seus objetivos de reinserir as reeducandas na sociedade de maneira exitosa, tendo em vista a alta porcentagem nesse quesito. Na amostra de provisórias, a frequência de 30% de reincidentes demonstra que a maior parte desta população está presa pela primeira vez. O crime mais cometido nas duas populações foi tráfico de drogas (Artigo 33 da Lei de Tóxicos).

A análise de dados do QVB permitiu conhecer os valores mais e menos privilegiados de cada grupo. No caso das presas provisórias (Grupo 1) foi observado que houve uma elevada pontuação na subfunção Normativa, cujos valores compreendem obediência, religiosidade e tradição. A média da pontuação nesta subfunção foi de 18,20, como é possível visualizar na Tabela 2. É relevante salientar que a subfunção Existência também teve uma alta pontuação, equivalente a 18,10. Os valores dessa subfunção indicam uma relação com a qualidade de vida do sujeito. Por outro lado, a subfunção menos pontuada foi a Experimentação, com média de 13,27. Entre os valores dessa subfunção se destacam emoção, prazer e sexualidade.

Nas presas sentenciadas (Grupo 2) os valores das subfunções Normativa e Existência foram os mais elevados, como é explanado na Tabela 2, ambos os valores apontaram médias similares (17,70). Apesar das duas subfunções terem apresentado um mesmo valor de média, o menor desvio-padrão foi o da subfunção Normativa, com 2,20, enquanto o desvio-padrão da subfunção Existência foi de 2,53. Estão nesta subfunção os valores saúde, estabilidade pessoal e sobrevivência. Em relação aos valores com menor pontuação encontra-se a Experimentação, que está ligada ao prazer e às necessidades fisiológicas de satisfação. A média do grupo nesta subfunção foi de 13,67. Esses dados demonstram que os valores da subfunção Normativa, que enfoca a importância de normas e de respeito às autoridades estão mais presentes neste momento da vida das reeducandas, embora elas também valorizem a Existência. As altas pontuações dos valores dessas duas subfunções podem ser o reflexo das condições pelas quais as reeducandas vivenciam no presídio, quer pelo fato de tentarem atender às regras da sociedade, quer pelos problemas ligados ao cárcere pelo qual passam, tais como insalubridade, privação de liberdade, acesso aos serviços de saúde.

Subfunções QVB	1	2	3
Experimentação	13,27	13,67	14,27
	3,33	3,62	1,90
Realização	15,50	14,70	13,70
	2,88	3,32	2,80
Existência	18,10	17,70	18,62
	2,23	2,53	1,71
Suprapessoal	16,37	15,85	16,60
	2,54	2,89	2,32
Interacional	16,67	15,32	17,10
	2,37	3,30	2,00
Normativa	18,20	17,70	17,32
	2,00	2,20	1,78

Tabela 2- Pontuações medias e desvios padrão dos grupos 1 (N=40, 2 (N=40), 3 (N=40)

O grupo das mulheres da população geral (Grupo 3) priorizou os valores da subfunção Existência que engloba saúde, estabilidade pessoal e sobrevivência. A média da pontuação nesta subfunção foi de 18,62. No entanto, a subfunção menos pontuada foi a Realização, com média de 13,70. Entre os valores dessa subfunção estão êxito, poder e prestígio. Isso demonstra que, comparado aos outros valores, questões de auto realização e realizações materiais, não apresentam tanta relevância.

O estudo de Formiga e colaboradores no ano de 2008 se pautou em uma pesquisa com homens e mulheres com média de idade de 21,52 anos e DP= 10,39 acerca dos valores humanos e gênero. Os resultados encontrados na população feminina corroboram com o presente estudo no que diz respeito à subfunção mais valorizada entre as reeducandas sentenciadas (Grupo 2) e membros da população geral (Grupo 3). Em ambos estudos os valores mais priorizados foram os de Existência. Ainda sobre o trabalho de Formiga a subfunção menos valorizada foi Experimentação, assemelhando-se aos resultados encontrados no público de reeducandas (Grupos 1 e 2) e diferenciando-se da população geral, que teve menor pontuação na Realização. A segunda subfunção mais pontuada no trabalho de Formiga (2008) foi a Interacional. Essa subfunção está ligada à afetividade; possuir uma relação de amizade; ser amada e ter uma vida social ativa (FORMIGA; SANTOS; VIANA; ANDRADE, 2008). No estudo que nos ocupa, estiveram em segundo lugar os valores da Existência no caso do Grupo 1 e os valores Normativos no caso do Grupo 3. O Grupo 2 pontuou em primeiro lugar tanto na Existência quanto na Normativa e em segundo lugar esteve a subfunção Suprapessoal com os valores beleza, conhecimento e maturidade.

Com a finalidade de realizar uma comparação entre os grupos utilizou-se o Teste *t* de *Student* que verificou algumas diferenças entre as populações. Primeiramente o comparativo foi feito entre as presas provisórias (Grupo 1) e sentenciadas (Grupo 2), depois entre as provisórias (Grupo 1) e a população geral (Grupo 3), e por último entre as sentenciadas (Grupo 2) e a população geral (Grupo 3).

Subfunções QVB	1 N=40	2 N=40	F	t	p
Experimentação	13,27 3,33	13,67 3,62	1,39	0,51	0,241
Realização	15,50 2,88	14,70 3,32	0,18	1,15	0,671
Existência	18,10 2,23	17,70 2,53	1,19	0,74	0,277
Suprapessoal	16,37 2,54	15,85 2,89	0,01	0,86	0,912
Interacional	16,67 2,37	15,32 3,30	2,77	2,09	0,100
Normativa	18,20 2,00	17,70 2,20	0,08	1,06	0,775

Tabela 3 – Diferenças de medias entre mulheres dos grupos 1 e 2

**Nota:** r = Correlação de Pearson; p = Nível de significância (p<0,05); F=Força

A Tabela 3 apresenta um comparativo entre reeducandas provisórias (Grupo 1) e sentenciadas (Grupo 2). É possível verificar que as diferenças não foram estatisticamente significativas. A subfunção Existência é valorizada nas presas por estarem vivenciando situações difíceis no âmbito prisional. Denota uma orientação central e uma motivação materialista. Além disso, valores de existência são priorizados normalmente por pessoas em situação de escassez econômica (SILVA FILHO, 2001) ou por indivíduos que foram socializados nestes ambientes (GOUVEIA, 2009 apud INGLEHART, 1977).

De acordo com Gouveia, Milfont e Fischer (2009) a subfunção Normativa “Reflete, portanto, a importância de preservar a cultura e as normas convencionais. Endossar valores normativos evidencia uma orientação vertical, na qual a obediência à autoridade é importante”. Esse resultado demonstra que há um enfoque das reeducandas pelos valores normativos, tendo em vista que estão neste contexto por terem infringido a lei, principalmente no caso das provisórias, pois como não foram julgadas, não sabem quanto tempo permanecerão na prisão.

No caso das sentenciadas, que estão presas e sabem por quanto tempo permanecerão, além da subfunção Normativa, há uma valorização da subfunção Existência que diz respeito a necessidades de subsistência, haja vista que vivenciam problemas da situação prisional como insalubridade, necessidade de acompanhamento médico, dentre outros. Isso significa que há uma valorização das normas com a tentativa de se redimir do crime (pelo menos informada) e há uma valorização da existência, já que vivem neste ambiente e terão de passar um tempo já estabelecido em privação de liberdade. Isso supõe que precisam lidar com as questões penitenciárias.

Ainda sobre as presas, foi observado que tanto no grupo das provisórias quanto no grupo das sentenciadas a subfunção Experimentação foi a menos pontuada isso pode ser atribuído ao fato de não priorizarem valores que podem ter contribuído para que elas se encontrem em situação prisional. Revela um distanciamento dos valores

emoção, prazer e sexualidade.

A Tabela 4 abaixo demonstra o comparativo entre as mulheres reeducandas provisórias e as mulheres da população geral. A observação dos resultados revela que as estatísticas não foram significativas e portanto, que não existem diferenças entre ambos os grupos em relação aos valores informados.

Subfunções QVB	1	3	F	t	p
Experimentação	13,27 3,33	14,27 1,90	3,05	1,64	0,084
Realização	15,50 2,88	13,70 2,80	0,09	2,83	0,755
Existência	18,10 2,23	18,62 1,71	1,82	1,17	0,180
Suprapessoal	16,37 2,54	16,60 2,32	0,57	0,41	0,451
Interacional	16,67 2,37	17,10 2,00	0,73	0,85	0,395
Normativa	18,20 2,00	17,32 1,78	0,67	2,06	0,415

Tabela 4– Diferenças de medias entremulheres dos grupos 1 e 3

Nota: r = Correlação de Pearson; p = Nível de significância ( $p < 0,05$ ); F= Força

Na Tabela 5 observa-se o comparativo entre os grupos de mulheres da população geral e sentenciadas. É possível constatar que as diferenças foram significativas na subfunção Experimentação ( $t(80) = 0,926$ ;  $p < 0,05$ ), em que a população geral apresentou uma média maior nessa subfunção do que a população de sentenciadas. A experimentação para as sentenciadas obteve a média mais baixa o que não ocorreu no grupo de mulheres da população geral. A diferença entre as populações a respeito desse quesito foi significativa pontuando mais alto em Experimentação as mulheres da população geral. Talvez essa diferença seja um reflexo da situação de liberdade vivida por essas mulheres em oposição a situação do cárcere que vivem as mulheres sentenciadas que necessitem controlar suas emoções básicas e sintam-se no lado oposto do êxito, poder e prestígio. Esses resultados são interessantes em relação a sensibilidade da escala em avaliar diferenças entres grupos.

Subfunções QVB	2	3	F	t	p
Experimentação	13,67 3,62	14,27 1,90	12,16	0,96	0,001*
Realização	14,70 3,32	13,70 2,80	0,48	1,45	0,489
Existência	17,70 2,53	18,62 1,71	6,80	1,91	0,011
Suprapessoal	15,85 2,89	16,60 2,32	0,54	1,27	0,463

Interacional	15,32 3,30	17,10 2,06	5,77	2,88	0,019
Normativa	17,70 2,20	17,32 1,78	0,15	0,82	0,699

**Tabela 5– Diferenças de medias entre mulheres dos grupos 2 e 3**

**Nota:**  $r$  = Correlação de Pearson;  $p$  = Nível de significância ( $p < 0,05$ ); F=Força

Com o intuito de verificar a correspondência entre valores e a idade utilizou-se a correlação  $r$  de *Pearson*. Observa-se uma correlação significativa entre idade e a subfunção Normativa, isso sugere que quanto maior a idade do sujeito, maior é a valorização da subfunção Normativa. Tal resultado pode ser constatado na Tabela 6. Ditos os resultados demonstram uma relação diretamente proporcional entre a idade e a subfunção Normativa, a qual é corroborada pela literatura que afirma que indivíduos de maior idade apresentam uma probabilidade maior de serem orientados pelos valores dessa subfunção (GOUVEIA, 2009 apud ROKEACH, 1973) e seguem normas estabelecidas pela sociedade.

Subfunções QVB	R	p
Experimentação	-0,035	0,702
Realização	0,042	0,647
Existência	-0,029	0,751
Suprapessoal	0,003	0,975
Interacional	0,114	0,216
Normativa	0,280	0,002*

Tabela 6–Correlações entre a Idade e as Subfunções da QVB.

Nota:  $r$  = Correlação de Pearson;  $p$  = Nível de significância( $p < 0,05$ )

O crime mais cometido entre as reeducandas foi o de tráfico de drogas (artigo 33) em que 62,5% delas foram presas por esse motivo. Essa porcentagem inclui tanto as que cometeram apenas esse crime quanto as que cometeram esse e outros crimes. Em segundo lugar está o assalto a mão armada (artigo 157) (42,5%), que em alguns casos foi cometido juntamente com outros crimes.

Entre as reeducandas que cometeram apenas o artigo 157 (13 mulheres) há uma prevalência da subfunção Normativa, enquanto nas que cometeram apenas o artigo 33 (35 mulheres) a subfunção de maior pontuação foi a Existência e em segundo lugar a Normativa. Em ambos os grupos a subfunção de valor mais baixo foi a Experimentação como pode ser observado na Tabela 7, sendo que o grupo das que cometeram o artigo 157 obteve média mais baixa do que as reeducandas que incorreram no artigo 33.

Esses resultados podem ser comparados com a natureza do crime, pois o tráfico ilícito de drogas e entorpecentes (artigo 33) é considerado um crime hediondo de acordo com o art. 5º da Constituição Federal de 1988 com pena correspondente a reclusão de 5 a 15 anos, enquanto que no roubo à mão armada a pena é de reclusão de

4 a 10 anos. As reeducandas que cometeram o crime mais grave, artigo 33, possuem a subfunção Experimentação com pontuação maior do que as que cometeram o artigo 157, considerado menos grave.

A partir das informações é possível notar semelhanças entre as médias das presas que cometeram o artigo 33 e o artigo 157. Importante perceber que os valores Normativos das mulheres que cometeram crimes enquadrados no artigo 33 estiverem ligeiramente acima das que cometeram no artigo 157, mesmo o primeiro crime sendo mais grave.

Subfunções QVB	Medias - Artigo 33	Médias-Artigo 157
Experimentação	13,97	12,84
Realização	15,57	15,84
Existência	18,34	17,61
Suprapessoal	16,31	16,92
Interacional	16,77	15,61
Normativa	18,28	18,07

Tabela 7 – Descritiva de médias de reeducandas nas subfunções do QVB em relação aos artigos 33 e 157

## 5 | CONCLUSÃO

Do ponto de vista dos resultados a pesquisa realizada no âmbito prisional feminino mostrou-se satisfatória ao permitir conhecer a realidade das presas, em especial às questões sociodemográficas e de valores básicos avaliados. O estudo possibilitou a compreensão de semelhanças no que se refere aos valores privilegiados por mulheres da população geral como de presas, por exemplo a subfunção Existência, que mesmo em contextos diferenciados apresentou médias altas. Em contrapartida, há diferenças no que tange à subfunção Normativa, sendo esta mais valorizada pelo público prisional em razão do ato que cometeram e da situação em que vivem no momento.

A partir da valorização da subfunção Normativa pelas presas pode-se levantar a hipótese de que parte da amostra de presas se arrepende do crime que cometeu e pretende mudar de vida. Isso foi constatado na maioria das respostas ao quesito referente a planos futuros ao cumprimento da pena do questionário sociodemográfico. Essa é uma prospecção positiva para o momento em que retornem ao convívio social, tendo em vista a demonstração elevada dos valores religiosidade, obediência e tradição, pertencentes a subfunção Normativa. Portanto, seria de grande importância o desenvolvimento de programa reabilitadores nas prisões para que essas mulheres realmente sejam reforçadas a buscar uma outra forma de trabalho e convivência na sociedade que as distancie da reincidência criminal. Nesse sentido, um programa individualizador da pena é crucial e logicamente deve ser realizado por pessoal qualificado. Também, não é possível deixar de insistir sobre as condições das prisões no quesito relativo a aplicação dos direitos humanos, condição previa a todas as

demais que se somem no intuito de ressocialização da pessoa presa.

Faz-se necessário salientar que o processo de ressocialização ainda não se edificou de maneira efetiva, isso é constatado pelo alto índice de reincidência entre as presas sentenciadas. Ao saírem do presídio os problemas sociais as acompanham e podem atuar para a realização de um novo ato delitivo. Dessa forma, o estudo dos valores no público feminino pode colaborar para que essa realidade se modifique e seja incentivado o fornecimento de melhores oportunidades aos grupos que estão à mercê dos problemas sociais, principalmente às mulheres, razão pela qual esse estudo se pauta.

A pesquisa de campo no presídio proporcionou a vivência e constatação de maneira mais efetiva da situação em que vivem as presas e a compreensão de seus valores. Além disso, revelou-se uma ferramenta interessante de comparação dos valores priorizados pelos grupos de mulheres, suas semelhanças e diferenças, podendo contribuir para a análise da relação entre presas e sociedade e sua reinserção de maneira eficiente nos diferentes contextos sociais. A continuidade dos estudos na área é necessária e certamente contribuirá para a melhora do sistema prisional brasileiro que passa por um colapso e precisa ser repensado.

## REFERÊNCIAS

AMORIM-GAUDÊNCIO, Carmen. **Promoção de comportamentos proativos em reeducandos que trabalham na secretaria de administração penitenciária (SEAP). (Projeto PROLICEN)**. 2013, 2014. <<http://www.cchla.ufpb.br/laicf/pesquisas/pesquisas-correntes/pesquisas-correntes1-1/>> Acesso em: 16 maio de 2019.

AMORIM-GAUDÊNCIO, Carmen; RODRIGUES, Diego Bezerra. **Fragilidades do sistema prisional brasileiro**. Um olhar sobre as rebeliões. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017, v.1. p.83.

BARATTA, A. **Criminologia Crítica e Crítica ao Direito Penal**: Introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Editora Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda constitucional no 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei 11.343, de 23 de Agosto de 2006. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 24 ago. 2006.

CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA. **Cartilha da mulher presa (2ª Edição, 2012)**. Brasília: CNJ, 2012. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/programas/comecar-de-novo/publicacoes/cartilha\\_da\\_mulher\\_presa\\_1\\_portugues\\_4.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/programas/comecar-de-novo/publicacoes/cartilha_da_mulher_presa_1_portugues_4.pdf)> Acesso em: 15/05/2019.

CONSTANTINO, P.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 2089-2100, 2013.

CUNHA, E. L. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cad. Cedes**, v. 30, n. 81, p. 157-178, 2010.

FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. esp, p. 31-38, 2003.

FERNANDES, B. R.; RIGHETTO, L. E. C. O Sistema Carcerário Brasileiro. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, v. 4, n.3, p. 115-135, 2013.

GOUVEIA, V. V. A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. **Estudos de Psicologia**, v. 8, p. 431-443, 2003.

GOUVEIA, V. V. **Teoria funcionalista dos valores humanos**. Fundamentos, aplicações e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2013.

FORMIGA, N. S.; SANTOS, L. M. S.; VIANA, N. M.; ANDRADE, A. O. Valores Humanos e Gênero. **Psicologia & Foco**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2008

GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L.; FISCHER, R. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: Aplicações para Organizações. **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 34-59, 2009.

GOUVEIA, V. V.; MEDEIROS, E. D.; MENDES, L. A. C.; VIONE, K. C.; ATHAYDE, R. A. A. Correlatos valorativos de atitudes frente à tatuagem. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 476-485, 2010)

LIMA, G. M. B.; PEREIRA NETO, A. F.; AMARANTE, P. D. C.; DIAS, M. D.; FERREIRA FILHA, M. O. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde em debate**, v. 37, n. 98, p. 446-456, 2013.

MAIA, B. L. **As penas privativas de liberdade: Funções e Execução**. 2008. BuscaLegis.ccj.ufsc.Br. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/18714-18715-1-PB.pdf>. Acesso em 25 de ago. de 17 OLIVEIRA, Guiomar Veras. **Sanção Penal e a família: diálogos e possibilidades**. Natal, CNPCP, 2010. 40 f.

SILVA FILHO, S. B. **Valores e dimensões do trabalho: um estudo em diferentes contextos de escassez**. 2001. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

SINOSINI, G. C. Regime de cumprimento progressão e regressão de pena. **Revistaunar**. Araras, v. 10, n. 3, 2014. Disponível em: <[http://revistaunar.com.br/juridica/documentos/vol10\\_n3\\_2014/REGIME-DE-CUMPRIMENTO-PROGRESSAO-E-REGRESSAO-DA-PENA.pdf](http://revistaunar.com.br/juridica/documentos/vol10_n3_2014/REGIME-DE-CUMPRIMENTO-PROGRESSAO-E-REGRESSAO-DA-PENA.pdf)> Acesso em: 10 ago. 2017

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agentes de Segurança Penitenciária 8, 184, 185, 188, 190, 192, 193

Ansiedade e Depressão 102

Aprendizagem 7, 47, 57, 58, 59, 81, 92, 93, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 140, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 159

Ascensão Social 6, 20, 22, 53, 54, 60

### C

Contextos Educacionais 5

Cultura Popular 5, 25, 31

### D

Desigualdade Social 47

### E

Economia Solidária 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85

Educação Inclusiva 51, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 110, 111, 115, 147, 148, 152, 153, 156, 157

Educação Infantil 39, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137

Ensino de História 29, 38

Ensino de Matemática 117, 124

Ensino Superior 53, 54, 55, 58, 59, 102, 107, 108, 111, 112, 147, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 168

Envelhecimento Feminino 87, 89, 90, 91, 94

### F

Formação de Leitores 126, 127

### G

Gendrificação 63, 64, 65, 66, 71, 74

Gênero 11, 61, 63, 64, 65, 70, 73, 75, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 91, 95, 115, 155, 172, 177, 183, 185, 189, 190, 191, 193

### I

Inclusão Escolar 116

Inclusão Social 5, 44, 51, 140, 150

### L

Letramento 7, 89, 116, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 163

Libras 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167

## **M**

Medicina Popular 1, 9, 12

Mobilidade Social 5

## **S**

Sistema Prisional 170, 171, 182, 185, 186, 193

Surdos 115, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168

## **T**

Tecnologia Assistiva 49, 107, 108, 112, 147, 148, 153, 154

Terceira Idade 5, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 97, 101

## **V**

Vínculos Sociais 87, 93, 96

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-595-2

